

Amazonas e BID discutem implantação de projeto

Sirwash leva saneamento básico a Presidente Figueiredo

Paula Pessoa/UGPE

O governo do Amazonas e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) realizaram, na sexta-feira (10), uma reunião de alinhamento para discutir as próximas etapas de implementação do projeto piloto “Sirwash: Água, Saneamento e Higiene Rural Sustentáveis e Inovadores no Brasil”, na comunidade Boa União do Rumo Certo, em Presidente Figueiredo (a 117 quilômetros de Manaus).

O encontro teve como objetivo organizar a agenda de trabalho para os próximos meses, incluindo a realização de reuniões técnicas, o aprofundamento dos diagnósticos e o encaminhamento das ações necessárias para a licitação das obras de abastecimento de água e esgotamento sanitário na comunidade.

Também foram discutidas estratégias de mobilização social e articulação com os órgãos envolvidos, a fim de garantir uma execução participativa e eficiente do projeto.

A reunião aconteceu na sede da Unidade Gestora de Projetos Especiais (UGPE), órgão da Sedurb, no Centro de Manaus, e contou com a presença da coordenadora executiva da UGPE, Viviane Dutra; do consultor de saneamento básico do BID, Paulo Diógenes; da coordenadora de Projetos da Sedurb, Renny Moita; e do engenheiro civil e coordenador de Saneamento da Sedurb, Paulo Cabral.



O Sirwash é uma iniciativa internacional do BID

“Este alinhamento foi fundamental para avançarmos na implementação do projeto, definir prioridades e dar encaminhamento às ações necessárias. Isso representa um passo importante para que as soluções de água e esgoto cheguem de forma efetiva à comunidade, garantindo mais qualidade de vida, saúde e desenvolvimento para a população”, destacou Viviane Dutra.

Sirwash

O Sirwash é uma iniciativa internacional liderada pelo BID e pela Agência Suíça para o Desenvolvimento e Cooperação (Concude), em parceria com a Fundação

Nacional de Saúde (Funasa). No Amazonas, o projeto será coordenado pela Sedurb, com apoio da Prefeitura de Presidente Figueiredo.

A comunidade Boa União do Rumo Certo será a primeira da Amazônia a receber a iniciativa, que contempla obras para implantação de sistema de abastecimento de água, esgotamento sanitário e gestão de resíduos sólidos. A proposta é que o projeto seja futuramente replicado em outros municípios do interior do estado.

“Começamos a alinhar os processos de ações, atividades e contratações que darão início ao

projeto. Temos metas a serem alcançadas e precisamos iniciar o planejamento desde já, para atender às necessidades da comunidade”, ressaltou o coordenador de Saneamento da Sedurb, Paulo Cabral.

No dia 24 de março deste ano, a UGPE realizou o lançamento do projeto para os moradores da comunidade.

Na ocasião, foi assinada a ordem de serviço para a elaboração dos estudos e projetos, além do anúncio da publicação do edital de licitação para a contratação das obras, que contemplarão os sistemas de abastecimento de água, rede e tratamento.

300 mil sacas: Amapá inaugura maior armazém de grãos do estado

Ruan Alves/GEA

O governador do Amapá, Clécio Luís (União Brasil) entregou, no sábado (11) uma área de 672 hectares em Títulos Definitivos (TD) e Declarações de Reconhecimento do Direito de Posse (DRP) para agricultores da Associação dos Produtores Rurais do Amapá.

Na ocasião, também participou da inauguração do maior empreendimento de armazenagem e secagem de grãos “Paiol Amapá”, com capacidade para 300 mil sacas.

“Não é só um papel, é uma cadeia produtiva gigantesca, um ecossistema de empresas, de profissões, que são utilizadas na área primária, na área produtiva, seja na agricultura familiar ou no agronegócio. Também temos uma inauguração que é fantástica,



Paiol terá capacidade de armazenar e secar 300 mil sacas

ca, que é uma revolução para o agro amapaense, que é a entrega desses secadores e desses silos, que é completamente privado”, destacou Clécio Luís.

O presidente da Associação dos Produtores Rurais do Ama-

pá, Renan Massoni, destacou que o novo empreendimento chega com o que há de mais moderno no país em tecnologia de armazenamento, secagem e limpeza de grãos.

Segundo ele, a ausência dessa

estrutura era o principal entrave para a expansão da produção no estado e, com o novo armazém, será possível dobrar a produtividade e realizar até duas safras por ano, mesmo com o longo período chuvoso característico da região.

“É uma tecnologia muito boa para o produtor. O governador Clécio Luís, há dois, três anos, prometeu investimentos no setor primário, no setor agrícola, e esse momento, com a entrega do Paiol Amapá, mostra os resultados. Com certeza, o governador proporcionou isso aqui com a segurança jurídica, a segurança ambiental e a segurança política, como ele sempre fala. Sem essa segurança, a gente não faria um investimento como esse. Por causa do governo, hoje, empresários de fora estão vindo investir aqui”.

Roraima retoma emissão de títulos

O governo de Roraima garantiu na Justiça a retomada da política de regularização fundiária em todo o Estado após decisão da Presidência do TRF-1 (Tribunal Regional Federal da 1ª Região), que suspendeu os efeitos de uma liminar que impedia o Iterraima (Instituto de Terras e Colonização de Roraima) de emitir novos títulos definitivos.

A decisão atendeu a pedido do estado e do Iterraima e considera os impactos da paralisação da política pública, que atingia diretamente cerca de 69% do território roraimense, incluindo áreas urbanas e produtivas.

Com a medida, os processos de titulação, que estavam interrompidos por decisão judicial em ação movida pelo MPF (Ministério Público Federal), voltam a ter andamento.

A liminar suspensa determinava que os processos de regularização fundiária dependessem de autorização prévia do CDN (Conselho de Defesa Nacional), o que, na prática, resultou na paralisação em larga escala das emissões de títulos.

Milhares de processos

Segundo os autos, a medida afetou milhares de processos administrativos e comprometeu políticas públicas essenciais.

O governo do estado argumentou que a interrupção gerou insegurança jurídica, dificultou o acesso ao crédito rural, travou registros cartoriais e impactou diretamente a economia local, especialmente o setor produtivo.

Dados apresentados no processo apontam que mais de 20 mil títulos já haviam sido emitidos nos últimos anos e que milhares de processos estavam em tramitação, muitos deles envolvendo pequenos produtores.

A suspensão também teria impedido a titulação de centenas de imóveis, afetando programas habitacionais e o ordenamento territorial.

Ao analisar o caso, o TRF-1 entendeu que a manutenção da liminar poderia causar prejuízos à ordem administrativa e à economia pública, ao provocar a paralisação de uma política considerada estratégica para o desenvolvimento econômico e social do estado.